

A ilusão do meta-controlo imperial do caos

A mutação do sistema de intervenção militar dos Estados Unidos

Jorge Beinstein*

*«As ilusões desesperadas dão vida às tuas veias»
(St Vulestry)*

«As pessoas acreditam que as soluções provêm da sua capacidade de estudar com sensatez a realidade discernível. Na realidade, o mundo já não funciona assim. Agora somos um império e, quando agimos, acreditamos na nossa própria realidade. E enquanto estudamos essa realidade, agimos de novo, criando outras realidades que também podemos estudar. Somos os actores da história, e a todos vós só resta estudar o que fazemos».

(Karl Rove, assessor de George W Bush, Verão de 2002 [1])

Guerra e economia

Conceitos como o de «*keynesianismo* militar» ou «economia de guerra permanente» constituem bons fulminantes para compreender o longo ciclo de prosperidade imperial dos Estados Unidos: o seu lançamento há qualquer coisa mais de sete décadas, o seu auge e a recente entrada na sua etapa de esgotamento abrindo um processo militarista-decadente, actualmente em curso.

Em 1942 Michal Kalecki expunha o esquema básico do que posteriormente foi conhecido como «*keynesianismo* militar». Apoiando-se na experiência da economia militarizada da Alemanha nazi, o autor sublinhava as resistências das burguesias da Europa e dos Estados Unidos à aplicação de políticas estatais de pleno emprego baseadas em incentivos directos ao sector civil e a sua predisposição a favorece-las quando se orientam para as actividades militares [2]. Mais à frente Kalecki descrevia, já em plena Guerra Fria, as características decisivas do que qualificava como triângulo hegemónico do capitalismo norte-americano que combinava a prosperidade interna com o militarismo descrito como convergência entre gastos militares, manipulação mediática da população e altos níveis de emprego [3].

Esta linha de reflexão, a que aderiram entre outros Harry Magdoff, Paul Baran e Paul Sweezy colocava quer o êxito a curto-médio prazo da estratégia de «Manteiga + Canhões» («Guns and Butter Economy») que fortalecia simultaneamente a coesão social interna dos Estados Unidos e a sua presença militar global, como limites e inevitável esgotamento a longo prazo.

Sweezy e Baran prognosticavam (acertadamente) para meados dos anos 1960 que um dos limites decisivos da reprodução do sistema provinha da própria dinâmica tecnológica do *keynesianismo* militar, pois a sofisticação técnica crescente do armamento tendia, inevitavelmente, para o aumento da produtividade do trabalho, reduzindo os seus efeitos positivos sobre o emprego e, finalmente, a cada vez mais dispendiosa carreira armamentista teria efeitos nulos ou mesmo negativos sobre o nível geral de emprego [4].

Foi o que se tornou evidente desde fins dos anos 1990, quando se iniciou uma nova etapa de gastos militares crescentes que continua na actualidade, marcando o fim da era *keynesianismo* militar. Agora, o desenvolvimento nos Estados Unidos da indústria de armas e das suas áreas associadas incrementa a despesa pública provocando o *deficit* fiscal e o endividamento, sem contribuir para o aumento em termos líquidos do nível geral de emprego. Na realidade, o seu peso financeiro e a sua radicalização tecnológica contribuem de forma decisiva para manter altos níveis de desocupação e um crescimento económico nacional anémico ou mesmo negativo, transformando-se assim num catalisador que acelera e aprofunda a crise do Império [5].

Por outro lado, os primeiros textos referidos à chamada «economia da guerra permanente» apareceram nos Estados Unidos em começos dos anos 1940. Tratava-se de uma visão simplista que, na generalidade, subestimava os ritmos e os atalhos concretos da história, mas que hoje é extremamente útil para compreender o desenvolvimento do militarismo no muito longo prazo.

Em 1944 Walter Oakes definia uma nova fase do capitalismo onde os gastos militares ocupavam uma posição central; não se tratava de um facto conjuntural imposto pela Segunda Guerra Mundial em curso, mas de uma transformação qualitativa integral do sistema, cuja reprodução ampliada universal durante mais de um século tinha terminado por gerar massas de excedentes de capital que não encontravam nas potências centrais espaços de aplicação na economia civil produtora de bens e serviços de consumo e produção.

A experiência dos anos 1930, como o demonstrava Oakes, mostrava como nem as obras públicas do New Deal de Roosevelt nos Estados Unidos, nem a construção de auto-estradas na Alemanha nazi, tinham conseguido uma significativa recuperação da economia e do emprego: só o pôr em andamento a economia de guerra, na Alemanha primeiro, e desde 1940 nos Estados Unidos, alcançou os ditos objectivos [6].

No caso alemão a carreira armamentista acabou com uma derrota catastrófica, no caso norte-americano a vitória não levou à redução do sistema militar-industrial mas à sua expansão.

Com a redução dos efeitos da guerra, a economia dos Estados Unidos começou a arrefecer e o perigo da recessão mostrou a sua cara, mas o início da Guerra Fria e depois a guerra da Coreia (1950) afastaram o fantasma, abrindo um novo ciclo de gastos militares.

Em Outubro de 1949 o professor da Universidade de Harvard Summer Slichter, na altura com grande prestígio, afirmava numa convenção de banqueiros: « [A Guerra Fria] incrementa a procura de bens, ajuda a manter um alto nível de emprego, acelera o progresso tecnológico, o que melhora o nível de vida no nosso país... por consequência nós devíamos agradecer aos russos a sua contribuição para que o capitalismo funcione melhor que nunca nos Estados Unidos». Em 1954 aparecia a seguinte afirmação na revista U.S. News & World Report: «O que significa para o mundo dos negócios a bomba H?: um longo período de grandes vendas que se incrementarão nos próximos anos. Poderíamos concluir com esta afirmação: a bomba H aventou a recessão pela janela» [7].

Como dizia em começos dos anos 1950 T. N. Vance, um dos teóricos da «economia de guerra permanente», os Estados Unidos tinham entrado numa sucessão de guerras que definiam de forma irreversível as grandes orientações da sociedade, e depois da guerra da Coreia só se podia esperar novas guerras [8].

No seu texto fundacional da teoria, Walter Oakes fazia dois prognósticos decisivos: a inevitabilidade de uma terceira guerra mundial que previa para os anos 1960, e o empobrecimento dos trabalhadores norte-americanos a partir dos anos 1940, provocada pela dinâmica de concentração de capitais dinamizada pelo complexo militar-industrial [9].

Em princípio podemos considerar desacertados os ditos prognósticos. Não se verificou a terceira guerra mundial ainda que se tenha consolidado a Guerra Fria, manteve-se a onda militarista durante mais de quatro décadas, marcadas por duas grandes guerras regionais (Coreia e Vietname) e uma densa série de pequenas e médias intervenções imperiais directas e indirectas. Quando se esfumou a Guerra Fria, depois de uma breve pausa nos anos 1990, a guerra universal do Império prosseguiu contra novos «inimigos» que justificavam o seu desenvolvimento («guerras humanitárias», «guerra global contra o terrorismo», etc.): a oferta de serviços militares, o «aparelho militarista» e as áreas a ele associadas criavam, inventavam, a sua própria procura.

Também não se precipitou o empobrecimento das classes baixas dos Estados Unidos; em sentido contrário, a redistribuição keynesiana de receitas manteve-se até aos anos 1970, o

nível de vida dos trabalhadores e das classes médias melhorou substancialmente, funcionou a interação positiva entre o militarismo e a prosperidade geral. Para isso contribuíram vários factores, entre eles a exploração da periferia ampliada graças à emergência dos Estados Unidos como superpotência mundial baseada no seu aparelho militar, o ressurgimento das potências capitalistas afectadas pela guerra (Japão e Europa Ocidental) que na nova era se apresentaram estreitamente associadas aos Estados Unidos e o enorme efeito multiplicador a nível interno dos gastos militares sobre o consumo, o emprego e a inovação tecnológica. Alguns destes factores, subestimados por Oakes, tinham sido indicados em meados dos anos 1960 por Sweezy e Baran [10]. No entanto, a chegada de Ronald Reagan à Casa Branca (1980) marcou uma ruptura nesta tendência (ainda que desde os anos 1970 tivessem aparecido os primeiros sintomas da doença), e iniciou-se um processo de concentração de receitas que foi avançando cada vez mais rapidamente nas décadas posteriores.

Entre 1950 e 1980 1% dos mais ricos da população dos Estados Unidos absorvia cerca de 10% do Rendimento Nacional (entre 1968 e 1978 manteve-se abaixo desta cifra) mas a partir de começos dos anos 1980 essa participação foi crescendo até que em 1990 chegava aos 15% e em 2009 aproximava-se dos 25%.

Por sua parte os 10% mais ricos absorviam 33% do Rendimento Nacional em 1950, mantendo-se sempre abaixo dos 35% até final dos anos 1970, mas em 1990 já chegavam aos 40% e em 2007 aos 50% [11].

O salário médio foi subindo em termos reais desde os anos 1940 até ao começo dos anos 1970 em que principiou a descer e um quarto de século mais tarde tinha baixado quase 20% [12]. A partir da crise de 2007-2008 com o rápido aumento da desocupação acelerou-se a concentração das receitas e a queda salarial: alguns autores utilizam o termo «implosão salarial» [13].

Uma boa expressão da degradação social é o aumento dos estadunidenses que recebem cheques de ajuda alimentar («food stamps»), a chamada população indigente que chegava a quase 3 milhões em 1969 (em plena prosperidade keynesiana), subiram para 21 milhões em 1980, 25 milhões em 1995 e 47 milhões em 2012 [14].

Entretanto as despesas militares não deixaram de crescer, impulsionadas pelas sucessivas ondas belicistas incluídas no primeiro grande ciclo da Guerra Fria (1946-1991) e no segundo ciclo da «guerra contra o terrorismo» e as «guerras humanitárias» desde o fim dos anos 1990 até ao presente (Guerra da Coreia, Guerra do Vietname, «Guerra das Galáxias» da era Reagan, Guerra do Kosovo, Guerra do Iraque, Guerra do Afeganistão, etc.).

Depois da Segunda Guerra Mundial podemos estabelecer dois períodos bem diferenciados na relação entre gastos públicos e crescimento económico (e do emprego) nos Estados Unidos. O primeiro vai de meados dos anos 1940 até aos finais dos anos 1960, onde os gastos públicos crescem e as taxas de crescimento económico se mantêm num nível elevado, sendo os anos dourados do *keynesianismo* militar.

Este mesmo período é seguido de um outro em que os gastos públicos continuam tendencialmente a crescer mas as taxas de crescimento económico oscilam á volta de uma linha descendente, marcando a decadência e o fim do *keynesianismo*: o efeito multiplicador positivo do gasto público declina inexoravelmente até chegar ao dilema insolúvel, evidente nestes últimos anos de crescimentos económicos anémicos onde uma redução da despesa estatal terá fortes efeitos recessivos enquanto o seu incremento possível (cada vez menos possível) não melhora de forma significativa a situação. Tal como o histórico «êxito» do capitalismo liberal no século XIX criou as condições da sua crise, o seu superador keynesiano também provocou os factores da sua posterior decadência.

A marcha vitoriosa do capitalismo liberal concluiu com uma gigantesca crise de sobreprodução e sobre-acumulação de capitais que desencadeou rivalidades inter-imperialistas, militarismo e rebentou sob a forma da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A «solução» consistiu na expansão do Estado, particularmente da sua estrutura militar, de que a Alemanha e o Japão foram pioneiros.

A transição turbulenta entre o velho e o novo sistema durou cerca de três décadas (1914-1945) e dela emergiram os Estados Unidos como única superpotência capitalista, integrando estrategicamente na sua esfera de dominação as outras grandes economias do sistema. O *keynesianismo* militar norte-americano apareceu no centro dominante dos Estados Unidos, o centro do mundo capitalista. Vance assinalava que «com o começo da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos e o capitalismo mundial entraram na nova era da Economia da Guerra Permanente» [15]. É assim que o entendemos como uma vitória definitiva do novo sistema precedida por uma complexa etapa preparatória, iniciada na segunda década do século XX.

A sua génese está marcada pelo nazismo, primeiro ensaio vitorioso-catastrófico do «*keynesianismo* militar»: a sua trama ideológica, que leva até ao limite mais extremo o delírio da supremacia ocidental, continua a aportar ideias às formas imperialistas mais radicais do Ocidente, como os falcões de George W. Bush ou os sionistas neonazis do século XXI. Por outro lado, estudos rigorosos do fenómeno nazi descobrem não só as suas raízes europeias (fascismo italiano, nacionalismo francês, etc.) mas também norte-americanas [16]. Isto, apesar de depois da guerra o triunfo da economia militarizada nos Estados Unidos ter assumido um rosto «civil» e «democrático», ocultando os seus fundamentos belicistas.

A decadência do *keynesianismo* militar encontra uma primeira explicação na sua hipertrofia e integração num espaço parasitário imperial mais amplo onde a trama financeira ocupa um lugar decisivo. Numa primeira etapa o aparelho industrial-militar e o seu envolvimento expandiram-se, convertendo o gasto estatal em empregos directos e indirectos, em transferências tecnológicas dinamizadoras do sector privado, em garantia blindada dos negócios imperialistas externos, etc.. Mas com o decorrer do tempo, a ascensão da prosperidade imperial, incentivou e foi incentivada por uma multiplicidade de formas sociais que parasitavam sobre o resto do mundo, ao mesmo tempo que adquiriam cada vez mais peso interno.

Além disso, o contínuo crescimento económico terminou por provocar a saturação de mercados locais, acumulações crescentes de capital, concentração empresarial e de receitas. O capitalismo norte-americano e global encaminhava-se nos finais dos anos 1960 para uma grande crise de sobreprodução que provocou as primeiras perturbações importantes, sob a forma de crise monetária primeiro (crise da libra esterlina, fim do padrão dólar-ouro em 1971), depois energéticas (choques petrolíferos de 1973-74 e 1979), atravessadas por desajustamentos inflacionários e recessivos («estagflação»).

Nas décadas seguintes a crise não foi superada mas amortizada, postergada através da super-exploração e do saque da periferia, a financeirização, os gastos militares, etc.. Tudo isto não reinstalou o dinamismo do pós-guerra mas impediu o derrube, suavizou a doença agravando-a a longo prazo.

A taxa de crescimento real da economia norte-americana foi recorrendo de forma irregular a uma linha descendente e em consequência os seus gastos improdutivos crescentes foram cada vez mais apoiados pela colheita tributária. E ao deficit fiscal somou-se o deficit do comércio externo perpetuado pela perda de competitividade global da indústria.

O império foi-se convertendo num mega parasita mundial, acumulou dívidas públicas e privadas entrando num círculo vicioso já visto noutros impérios decadentes; o parasitismo degrada o parasita, torna-o mais dependente do resto do mundo, o que exacerba o seu intervencionismo global, a sua agressividade militar.

O mundo é demasiado grande do ponto de vista dos seus recursos concretos (financeiros, militares, etc.) mas a concretização do objectivo historicamente impossível de dominação global é a sua única possibilidade de salvação enquanto Império. Os gastos militares e o parasitismo em geral aumentam, os deficits crescem, e economia estanca, a estrutura social interna degrada-se... o que Paul Kennedy definia como «excessiva extensão imperial» [17] é um facto objectivo determinado pelas necessidades imperiais que actua como uma armadilha histórica da qual o Império não pode sair.

Gastos militares

As despesas militares dos Estados Unidos aparecem subestimadas nas estatísticas oficiais. Em 2012 os gastos do Departamento de Defesa chegaram aos 700 mil milhões de dólares, mas se lhe adicionarmos as despesas que aparecem (diluídas) noutras rubricas do Orçamento (Departamento de Estado, USAID, Departamento de Energia, CIA e outras agências de segurança, pagamento de juros, etc.) chegar-se-ia a uma cifra próxima dos 1,3 biliões (milhões de milhões) de dólares [18]. Esta quantia equivale a quase 9% do Produto Bruto Interno (PIB), 50% das receitas fiscais previstas a 100 do deficit fiscal.

Estas despesas militares reais representam quase 60% dos gastos militares globais, ainda que se lhe somarmos os dos seus parceiros da NATO e de alguns países vassallos fora da NATO, como a Arábia Saudita, Israel ou Austrália, chegariam, no mínimo, a 75% [19].

A partir do grande impulso inicial na Segunda Guerra Mundial e a queda no imediato pós guerra, os gastos militares reais norte-americanos oscilaram à volta de uma tendência ascendente atravessando quatro grandes ondas belicistas: a guerra da Coreia no começo dos anos 1950, a guerra do Vietname desde o final dos anos 1960 até meados dos anos 1970, a «guerra das galáxias» da era Reagan nos anos 1980 e as guerras «humanitárias» e «contra o terrorismo» do pós Guerra Fria.

O *keynesianismo* militar do Império ficou no passado, mas a ideia de que a guerra externa e a prosperidade interna andam de mãos dadas continuam a dominar o imaginário de vastos sectores sociais dos Estados Unidos, restos ideológicos sem base real no presente, mas úteis para legitimar as aventuras bélicas.

Nestor Kirchner, ex-presidente da Argentina, revelou numa entrevista com o realizador de cinema Oliver Stone para o seu documentário «South of the Border», que o ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, estava convencido que a guerra era uma maneira de fazer crescer a economia dos Estados Unidos. O encontro entre ambos os presidentes deu-se numa cimeira em Monterrey, México, em Janeiro de 2004, e a versão do presidente argentino é a seguinte: «Eu disse a Bush que a solução dos problemas neste momento, é um Plano Marshall. E ele discordou. Disse que o Plano Marshall é uma ideia louca dos democratas e que a melhor forma de revitalizar a economia é a guerra. E que os Estados Unidos se têm fortalecido com a guerra» [20].

Recentemente, Peter Schiff, presidente da consultora financeira «Euro Pacific Capital» escreveu um texto delirante amplamente difundido pelas publicações especializadas cujo título diz tudo: Por que não outra Guerra Mundial? [21]. Começava o seu artigo sublinhando o

consenso entre os economistas de que a Segunda Guerra Mundial permitiu aos Estados Unidos superar a Grande Depressão e que se as guerras do Iraque e do Afeganistão não conseguiram reactivar de maneira durável a economia norte-americana isso deve-se a que «os ditos conflitos são demasiado pequenos para serem economicamente importantes».

Se focalizarmos a análise na relação entre os gastos militares, PBI e emprego constataríamos o seguinte: os gastos militares passaram de 2.800 milhões de dólares em 1940 para 91 mil milhões em 1944, o que impulsionou o Produto Interno Bruto nominal de 101 mil milhões de dólares em 1940 para 214 mil milhões em 1944 (duplicou em apenas 4 anos), a taxa de desemprego apenas baixou de 9% em 1939 para 8% em 1940, mas em 1944 tinha caído para 0,7%, embora o primeiro salto importante nos gastos militares se tenha dado entre 1940 e 1941, quando aqueles passaram de 2.800 milhões de dólares para 12.700 milhões, o equivalente a 10% do PIB [22], proporção bastante parecida à de 2012 (USD 1,3 biliões, cerca de 9% do PIB). Isto significa que o gasto militar de 1944 equivalia a sete vezes o de 1941. Se equivalermos esse salto a números actuais, isso significa que a despesa militar real dos Estados Unidos deveria chegar em 2015 a uns 9 biliões (milhões de milhões de dólares, o equivalente por exemplo a sete vezes o deficit fiscal de 2012.

A sucessão de saltos na despesa pública entre 2012 e 2015 acumularia uma gigantesca massa de deficits que nem os aforradores norte-americanos nem os do resto do mundo estariam em condições de cobrir com a compra de títulos de dívida de um império enlouquecido.

Schiff recorda no seu texto que os aforradores norte-americanos compraram durante a Segunda Guerra Mundial 186 mil milhões de dólares em títulos de dívida pública, o equivalente a 75% da totalidade dos gastos do governo federal entre 1941 e 1945, concluindo que essa «proeza» é hoje impossível. Simplesmente, explica-nos Schiff levando ao extremo o seu pensamento sinistro, não há onde obter o dinheiro necessário para pôr em marcha uma estratégia militar-reactivadora idêntica à de 1940-45.

Na realidade, essa impossibilidade é muito mais forte. A economia dos Estados Unidos em 1940 estava dominada por componentes produtivas, principalmente industriais, e actualmente o consumismo, toda a classe de serviços parasitários (a começar pelo emaranhado financeiro), a decadência generalizada da cultura de produção, etc., indicam-nos que nem mesmo com uma injeção de gastos públicos semelhante à de 1940-45 se conseguia alcançar uma reactivação dessa envergadura. O parasitismo é demasiado grande, a sua senilidade está muito avançada, não há nenhuma medicina keynesiana que o possa curar ou que, pelo menos, seja capaz de restabelecer uma parte significativa do seu vigor juvenil.

Privatização, informalização e elitização. Lúmpen-imperialismo

A guerra asiática, a mais ambiciosa da história dos Estados Unidos, fracassou quer do ponto de vista político-militar que do ponto de vista económico, a estratégia de dominação da franja territorial que vai das Balcãs até ao Paquistão passando pela Turquia, Síria, Iraque, Irão e as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central hoje estoirou. No entanto, o seu desenvolvimento permitiu transformar o dispositivo militar do Império convertendo a sua maquinaria de guerra tradicional num sistema flexível, a meio caminho entre as estruturas formais regidas pela disciplina militar convencional e as informais, agrupando um emaranhado confuso de núcleos operativos oficiais e bandos de mercenários.

O processo de integração de mercenários nas operações militares tem antecedentes nos momentos finais da Guerra Fria, na organização dos «contras» na Nicarágua e dos mujahidines no Afeganistão, que podem ser considerados como os primeiros passos nos anos 1970 e 1980 das novas estratégias de intervenção. Dezenas de milhares de mercenários foram nesses casos treinados, armados e financiados, com êxito para o Império.

Segundo diversos estudos sobre o tema, os Estados Unidos e a Arábia Saudita gastaram à volta de 40 mil milhões de dólares nas operações afegãs (onde começou a sua carreira internacional o então jovem engenheiro Osama Bin Laden) assestando um golpe decisivo à URSS [23]. Outro passo importante foram as guerras étnicas na Jugoslávia durante os anos 1990, onde os Estados Unidos e os seus aliados da NATO, principalmente a Alemanha, desenvolveram uma complexa operação de desintegração daquele país, cujo êxito se apoiou na utilização de mercenários, sendo o caso mais notório o da guerra do Kosovo, onde se destacou o ELK («Exército de Libertação do Kosovo»), cujos membros eram recrutados principalmente em redes mafiosas (tráfico de drogas, etc.), sob o comando directo da CIA, alargando os seus braços até ao ISI (Serviço de Inteligência do Paquistão). Actualmente, o «Estado» kosovar «independente» aparece ligado à intervenção da NATO na Síria tendo, em Junho de 2012, o ministro das Relações Exteriores da Rússia exigido o cessar das operações de desestabilização da Síria realizadas a partir do Kosovo [24].

Estas novas práticas de intervenção foram acompanhadas por um profundo processo de reflexão dos estrategos imperiais motivado pela derrota no Vietname. A «Guerra de Baixa Intensidade» foi um dos seus resultados e as teorizações à volta da chamada «Guerra da Quarta Geração (4GW)» consolidaram a nova doutrina, em cujo papel fundacional (1989) redigido por William Lind e três membros das forças armadas dos Estados Unidos e publicado no «Marine Corps Gazette» [25] são apagadas as fronteiras entre as áreas civil e militar: toda a sociedade inimiga em especial a sua identidade cultural passa a ser objectivo de guerra.

A nova guerra é definida como descentralizada, pondo o ênfase na utilização de forças militares «não estatais» (isto é paramilitares), empregando tácticas de desgaste próprias das guerrilhas, etc. A isto junta-se o intenso recurso ao sistema mediático, tanto focalizado contra a

sociedade inimiga como abarcando a chamada «opinião pública global» (o povo inimigo é ao mesmo tempo atacado psicologicamente e isolado do mundo), tudo combinado com acções de guerra de alto nível tecnológico. Neste último caso trata-se de aproveitar a gigantesca brecha tecnológica existente entre o império e a periferia para a golpear sem perigo de resposta, é o que os especialistas denominam como confrontação assimétrica «high-tech/no-tech».

As estatísticas oficiais referentes aos mercenários são geralmente confusas e parciais, de qualquer modo alguns dados provenientes de fontes governamentais, civis e militares, podem ilustrar-nos sobre a magnitude do fenómeno. Em primeiro lugar o papel do Departamento de Defesa, principal contratador de mercenários, viu o seu orçamento destinado a esses custos crescer cerca de 100% entre 2000 e 2005, recorrendo a modalidades próprias das grandes empresas transnacionais como a terciarização e a realocização de actividades, o que provocou um gigantesco universo em expansão de negócios privados consagrados à guerra... financiados pelo Estado e criadores de intrincadas tramas de corrupções e corruptelas [26].

O chamado «Comando Central» militar dos Estados Unidos (US CENTCOM) deu recentemente a conhecer alguns dados significativos: os mercenários contratados reconhecidos na área do Médio Oriente-Ásia Central a trabalhar directamente para o Pentágono, chegariam a cerca de 137.000, e desse total uns 40.000 seriam cidadãos norte-americanos. Isto apesar de segundo os dados do Departamento de Defesa a soma dos dados do Afeganistão e do Iraque estarem no terreno uns 175.000 soldados regulares e 190 mil mercenários: 52% do total [27].

A estes números devemos acrescentar em primeiro lugar os mercenários contratados por outras áreas do governo norte-americano, como o Departamento de Estado e depois os contratos em zonas do mundo como África, onde o AFRICOM (comando militar norte-americano naquele continente) incrementou exponencialmente as suas actividades durante o último lustro e depois devemos ainda incorporar os mercenários a actuar sob o comando estratégico norte-americano, mas contratados por países vassalos como as petro-monarquias do Golfo Pérsico, visíveis nos casos da Líbia e Síria.

Devem ainda ser incluídos os mercenários a operar noutras regiões da Ásia e América Latina. Mas a conta não termina aqui, já que a esse universo é necessário somar as redes mafiosas e/ou paramilitares, que agrupam em todos os continentes, um «pessoal disponível» que se autofinancia através de actividades ilegais (drogas, prostituição, etc.) protegidas por diversas agências de segurança norte-americanas como a DEA, e devemos integrar também «agências de segurança privada», muito evidentes na América Latina, legalmente estabelecidas em diversos países periféricos e estreitamente ligados a agências privadas norte-americanas como a DEA, a CIA ou outros organismos de inteligência do Império.

E a lista continua... recentemente apareceu publicada no «Washington Post» uma investigação referida como a «América ultra secreta» (Top Secret America) das agências de segurança que informa sobre a existência actual de 3.202 agências de segurança (1.271 públicas e 1.931 privadas) empregando umas 854 mil pessoas a trabalhar em temas de «antiterrorismo», segurança interior e inteligência em geral, instaladas nuns 10.000 domicílios no território dos Estados Unidos [28].

Somando os diferentes números e avaliando dados ocultos, alguns peritos adiantam um total aproximado global (dentro e fora do território dos Estados Unidos) próximo do milhão de pessoas combatendo na periferia, fazendo espionagem, desenvolvendo manipulações mediáticas, activando «redes sociais», etc.. Comparemos, por exemplo, este dado com as aproximadamente 1 milhão e 400 mil pessoas que compõem o sistema militar público do Império.

Por outro lado as tropas regulares sofreram um rápido processo de informalização, de ruptura com as normas militares convencionais, formando comandos de intervenção inscritos numa dinâmica abertamente criminosa. É o caso do chamado Comando Conjunto de Operações especiais, o «JSOC» (Joint Special Operations Command). Comando conjunto secreto em linha de comando directamente ligado ao Presidente e ao Secretário da Defesa com autoridade para elaborar a sua lista de assassínios, com a sua própria divisão de inteligência, a sua frota de *drones* [N. do T.: aviões não tripulados] e aviões de reconhecimento, satélites e, inclusive, os seus grupos ciber-guerreiros, capazes de atacar redes de internet.

Dispõe de numerosas unidades operativas. Criado em 1980, ficou sepultado pelo seu estrepitoso fracasso no Irão quando tentou resgatar o pessoal da embaixada norte-americana em Teerão, foi recentemente ressuscitado. Em 2001 dispunha de uns 1.800 membros, actualmente chegariam a 25 mil e nos últimos tempos fez operações letais no Iraque, Paquistão, Afeganistão, Síria, Líbia e muito provavelmente no México e na Colômbia, etc.. Trata-se de um agrupamento de «esquadrões da morte» de alcance global, autorizado para realizar toda a classe de operações ilegais, desde assassínios individuais ou massivos até sabotagens, intervenções próprias de guerra psicológica, etc.. Em Setembro de 2003, Donald Rumsfeld decidiu a colocação do JSOC no centro da estratégia «antiterrorista» global e, desde então, a sua importância tem sido em crescendo, sendo hoje, sob a presidência do prémio Nobel da Paz Barack Obama, uma espécie de exército clandestino de claro perfil criminosos sob as ordens directas do Presidente [29].

As forças de intervenção dos Estados Unidos têm agora um cunho claramente privado-clandestino e, em plena «Guerra da Quarta Geração», funcionam cada vez mais à margem dos códigos militares e das convenções internacionais. Um recente artigo de Andrew Bacevich descreve as etapas dessa mutação passada durante a década passada que culminam

actualmente no que o autor denomina de «era Wickers» (actual subsecretário de inteligência do Departamento de Defesa), centrada na eliminação física de «inimigos», o uso dominante de mercenários, de campanhas mediáticas, redes sociais, tudo isto destinado a desestruturar organizações e sociedades consideradas hostis.

No começo do ano passado a então secretária de Estado Hillary Clinton pronunciou uma frase que não necessita de mais explicações: «Os Estados Unidos reservam-se o direito de atacar, em qualquer lugar do mundo, todo aquele que seja considerado uma ameaça directa á sua segurança nacional» [30].

Se acrescentarmos a esta orientação mercenário-gangsteriana do Império outros aspectos como a financeirização integral da sua economia dominada pela ideia do curto-prazo, a desintegração social interna com acumulação acelerada de marginais, com uma população total que representa 5% da população mundial, mas com uma massa de presos equivalentes a 25% do total das pessoas encarceradas no planeta, etc., chegaríamos à conclusão que estamos em presença de uma espécie de lumpen imperialismo, completamente dominado por interesses parasitários, percorrendo uma lógica destrutiva do seu ambiente que, ao mesmo tempo, vai degradando as suas bases de sustentação interna [31].

A ilusão do meta-controlo do caos

Poderemos estabelecer a convergência entre a hipótese da «economia de guerra permanente» e a do «*keynesianismo* militar», pois este último expressou a primeira etapa do fenómeno (aproximadamente entre 1940 e 1970). Foram os anos da prosperidade imperial cujos últimos êxitos, já misturados com evidentes sintomas da crise, se prolongaram até ao final da Guerra Fria. A essa etapa florescente segue-se uma segunda etapa pós *keynesiana* caracterizada pela dominação financeira, a concentração de receitas, o emagrecimento salarial, a marginalização social e a degradação cultural em geral, onde o aparelho militar opera como um acelerador da decadência provocando deficits fiscais e endividamentos públicos.

A opção pela privatização da guerra aparece como uma resposta «eficaz» ao declínio do espírito de combate da população (dificuldades crescentes no recrutamento forçado de cidadãos a partir da derrota no Vietname). No entanto, a substituição do cidadão-soldado pelo soldado-mercenário ou a presença decisiva deste último termina, tarde ou cedo, por provocar sérios danos no funcionamento das estruturas militares: não é o mesmo administrar cidadãos normais ou uma massa de delinquentes.

Quando o lumpen, os bandidos, predominam num exército, este converte-se num exército de bandidos e então já não é um exército. O potencial dissociador dos mercenários é a longo prazo de controlo quase impossível, e a sua falência em combate não pode não ser

compensada, senão muito parcialmente, por desenvolvimentos tecnológicos extremamente caros e de resultado incerto.

O comando de forças clandestinas não-mercenárias de elite apoiadas por um aparelho tecnológico sofisticado capaz de desferir golpes pontuais demolidores contra o inimigo, como é o caso do JSOC, é um bom instrumento de terrorismo mas não substitui as funções de um exército de ocupação e, a médio prazo, (muitas vezes a curto prazo) terminam por fortalecer o espírito de resistência do inimigo.

De forma caricatural podemos sintetizar a nova estratégia militar do Império a partir do domínio de diversas formas de «guerra informal», combinando mercenários (muitos mercenários) com esquadrões de morte (tipo JSOC), bombardeamentos massivos, *drones*, controlo mediático global, assassinios tecnologicamente sofisticados de dirigentes periféricos. A guerra elitiza-se, transforma-se num conjunto de operações mafiosas, afasta-se fisicamente da população norte-americana e a sua cúpula dominante começa a percebê-la como um jogo virtual dirigido por gangsters.

Por outro lado a adopção de estruturas mercenárias e clandestinas de intervenção como forma dominante tem efeitos contraproducentes para o sistema institucional do império, tanto do ponto de vista do controlo administrativo das operações como das modificações (e da degradação) das relações internas de poder. O comportamento de gangster, a mentalidade mafiosa acaba por se apoderar dos altos comandos, civis e militares, e se no começo tal se traduz em acções externas e periféricas, rapidamente converte ajustes de contas em condutas habituais no interior do próprio sistema de poder.

O horizonte objectivo (para lá dos discursos e convicções oficiais) da «nova estratégia» não é o estabelecimento de sólidos regimes vassalos, nem a instalação de ocupações militares de forma duradoura para controlo de territórios de forma directa, mas antes a desestabilização, o quebrar de estruturas sociais, identidades culturais, a degradação ou eliminação de dirigentes; as experiências do Iraque e Afeganistão (e México), e mais recentemente da Líbia e da Síria, só confirmam esta hipótese.

Trata-se da estratégia do caos periférico, da transformação de nações e regiões mais amplas em áreas desintegradas, balcanizadas, com estados-fantasmas, classes sociais (altas médias e baixas) profundamente degradadas, sem capacidade de defesa, de resistência ante os poderes políticos e económicos do Ocidente, que poderão assim depredar impunemente os recursos naturais, mercados e recursos humanos (residuais).

Este imperialismo fanático do século XXI corresponde a tendências desintegradoras das sociedades capitalistas dominantes, em primeiro lugar dos Estados Unidos da América. Essas

economias perderam o seu potencial de crescimento nos finais de 2012, depois de um lustre de crise financeira a oscilar entre um crescimento anémico (Estados Unidos) e a estagnação a tender para a recessão (União Europeia) e a contracção produtiva (Japão).

Os Estados, as empresas e os consumidores estão esmagados pelas dívidas. A soma das dívidas públicas e privadas representam mais de 500% do Produto Interno Bruto do Japão e Inglaterra e mais de 300% do Produto Interno Bruto da Alemanha, França e Estados Unidos, onde o governo federal esteve em 2011 à beira de cessar de pagamentos [*default*]. E acima das dívidas e sistemas produtivos financeirizados existe uma massa de financeira global equivalente a umas vinte vezes o Produto Bruto Mundial, motor dinamizador, droga indispensável do sistema que deixou de crescer desde há aproximadamente um lustre e cujo esvaziamento os governos das grandes potências tentam impedir.

Apresenta-se então a ilusão de uma espécie de meta-controlo estratégico desde as grandes alturas, desde as cimeiras do Ocidente sobre as terras baixas, periféricas, onde pululam milhares de milhões de seres humanos cujas identidades culturais e instituições são vistos como obstáculos à depredação. As elites do Ocidente, império colectivo hegemonizado pelos Estados Unidos, estão cada dia mais convencidas que essa depredação prolongará a sua senilidade e afastará o fantasma da sua morte.

O caos periférico aparece ao mesmo tempo como resultado concreto das suas intervenções militares e financeiras (produto da reprodução decadente das suas sociedades) e como base de ferozes de predações. O gigante imperial procura beneficiar do caos, mas acaba por introduzir o caos nas suas próprias fileiras, a desejada destruição da periferia não é mais do que a autodestruição do capitalismo como sistema global, a sua perda acelerada de racionalidade. A fantasia sobre o meta-controlo imperialista do caos periférico expressa uma profunda crise de percepção, a crença de que os desejos do poderoso se convertem facilmente em factos reais, de que o virtual e o real se confundem num enorme pântano psicológico.

Na realidade a «estratégia» do meta-controlo imperial do caos, as suas formas operativas concretas convertem-na num emaranhado de tácticas que tendem a criar uma massa crescentemente incoerente, prisioneira a curto prazo. O que pretende converter-se na nova doutrina militar, num pensamento estratégico inovador que responde à realidade global actual facilitando a dominação imperialista, mais não é que uma ilusão desesperada provocada pela dinâmica da decadência. Sob a aparência de ofensiva estratégica irrompem os murros historicamente defensivos de um sistema cuja cúpula imperial vai perdendo capacidade de apreensão da totalidade real, a razão de estado vai-se convertendo num delírio criminoso extremamente perigoso, dado o gigantismo tecnológico dos Estados Unidos e dos seus parceiros europeus.

Notas:

[1] Bush”, The New York Times, 17-10-04.

[2] A exposição feita na Marshall Society (Cambridge) na Primavera de 1942 foi publicada no ano seguinte. Michal Kalecki, “Political Aspects of Full Unemployment”, Political Quarterly, V 14, oct.-dec. 1943.

[3] Michal Kalecki, The Last Phase in the transformation of Capitalism, Monthly Review Press, Nueva York, 1972.

[4] Paul Sweezy & Paul Baran, Monopoly Capital, Monthly Review Press, Nueva York, 1966.

[5] Scoot B. MacDonald, “Globalization and the End of the Guns and Butter Economy”, KWR Special Report, 2007.

[6] Oakes, Walter J., “Towards a Permanent War Economy?”, Politics, February 1944.

[7] Ambas as citações aparecem no texto de John Bellamy Foster, Hannah Holleman y Robert W. McChesney, “The U.S. Imperial Triangle and Military Spending”, Monthly Review, October 2008.

[8] Vance, T. N. 1950, “After Korea What? An Economic Interpretation of U.S. Perspectives”, New International, November–December; Vance, T. N. 1951, “The Permanent Arms Economy”, New International.

[9] Oakes, Walter J, artigo citado.

[10] Paul Sweezy & Paul Baran, livro citado.

[11] Thomas Piketty & Emmanuel Saez, “Top Incomes and the Great Recession: Recent Evolutions and Policy Implications”, 13th Jacques Polak Annual Research Conference, Washington, DC–November 8–9, 2012.

[12] Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics.

[13] Lawrence Mishel and Heidi, “The Wage Implosion”, Economic Policy Institute, June 3, 2009.

[14] FRAC, Food Research and Action Center- SNAP/SNAP/Food Stamp Participation ().

[15] Vance T. N, “The Permanent War Economy”, New International, Vol 17, Nº 1, January-February 1951.

[16] Domenico Losurdo, “Las raices norteamericanas del nazismo”, Enfoques Alternativos, nº 27, Octubre de 2006, Buenos Aires.

[17] Paul Kennedy, “Auge y caída de las grandes potencias”, Plaza & James, Barcelona, 1989.

[18] Chris Hellman, «\$ 1,2 Trillon: The Real U.S. National Security Budget No One Wants You to Know About», Alert Net, March 1, 2011.

[19] Fontes: SIPRI, Banco Mundial e cálculos próprios.

[20] O vídeo da entrevista Kirchner-Stone publicado por Informed Comment/Juan Cole está em: [-anrily-said-war-would-grow-us-economy.html&ei=BYycUYCn4P88QsX3oGACA](http://www.informedcomment.com/2011/07/19/robert-kirchner-said-war-would-grow-us-economy.html&ei=BYycUYCn4P88QsX3oGACA)

[21] Peter D. Schiff, “Why Not Another World War?”, Financial Sense, 19 Jul 2010.

[22] Vance T. N, 1950, artigo citado em [14].

- [23] Dilip Hiro, The Cost of an Afghan 'Victory', The Nation, 1999 February 15. [24] «Uma delegação da oposição síria viajou até ao Kosovo, em Abril de 2012, para a assinatura oficial de um acordo de intercâmbio de experiências em matéria de guerrilha antigovernamental». Red Voltaire, “A Rússia protesta contra o treino de provocadores sírios no Kosovo”, 6 de Junho de 2012.
- [25] William S. Lind, Colonel Keith Nightengale (USA), Captain John F. Schmitt (USMC), Colonel Joseph W. Sutton (USA), and Lieutenant Colonel Gary I. Wilson (USMCR), “The Changing Face of War: Into the Fourth Generation”, Marine Corps Gazette, October 1989.
- [26] David Isenberg, “Contractors and the US Military Empire”, Rise of the Right, Aug 14th, 2012.
- [27] David Isenberg, “Contractors in War Zones: Not Exactly “Contracting”, TIME U. S., Oct. 09, 2012.
- [28] Dana Priest and William M. Arkin, “Top Secret America. A hidden world, growing beyond control”, Washington Post, July 19, 2010.
- [29] Dana Priest and William M. Arkin, “Top Secret America, A look at the military’s Joint Special Operations Command”, The Washington Post, September 2, 2011.
- [30] Andrew Bacevich, “Uncle Sam, Global Gangster”, TomDispatch.com, February 19, 2012.
- [31] Narciso, Isa Conde, “Estados neoliberales y delincuentes”, Aporrea, 20/01/2008, www.aporrea.org/tiburon/a49620.html. Karen DeYoung and Karin Brulliard, “As U.S.-Pakistani relations sink, nations try to figure out ‘a new normal’”, The Washington Post /National Security, January 16, 2012.

Texto da conferência proferida no Seminário «Nuestra América y Estados Unidos: desafíos del Siglo XXI». Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Central do Equador, Quito, 30 e 31 de Janeiro de 2013. Foi publicado em <http://www.noticiaspia.com.ar/la-ilusion-del-metacontrol-imperial-del-caos/>

* Economista, Professor da Universidade de Buenos Aires

Tradução de José Paulo Gascão